

UM RIO NO MEIO DO CAMINHO: ASPECTOS HISTÓRICOS DE FÁTIMA DO SUL

Nilton Paulo Ponciano

Doutorando em História pela UNESP, Campus de Assis.

Entre as décadas de 50 e 60 do século passado ocorreu um surto migratório para a região sul de Mato Grosso, o que concorreu à formação de vários núcleos urbanos nesta região. Este surto, por sua vez, apresenta suas origens no período do Estado Novo, com a criação pelo governo Vargas, do programa de colonização dirigida, Marcha Para Oeste, o qual organiza as Colônias Agrícolas Nacionais. Partindo destas considerações, este artigo procura analisar o processo de formação do núcleo urbano da cidade de Fátima do Sul, entre os anos 50 e 60, considerando que este se localiza no interior da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Para tanto, foram analisados documentos e bibliografia pertinente ao assunto, assim como alguns depoimentos de migrantes que chegaram naquele período a esta região.

Palavras-chave: Colonização; Colônia Agrícola Nacional de Dourados; História de Fátima do Sul.

A River in the middle of the road: historical aspects of the Fátima do Sul City. The immigration wave, which occurred in the South Region of Mato Grosso State between the years of 1950 and 1960, brought about the formation of several urban areas in the region. This happened during the Estado Novo (New State) period. The Vargas government created the direct colonization program, Colônias Agrícolas Nacionais (National Agricultural Colonies). This article analyses the formation of the urban process from this perspective. Focusing in the urban cells of the town of Fátima do Sul, between the 50's and 60's, as it is localized within the Colônia Agrícola Nacional de Dourados– CAND (Dourados National Agricultural Colony) for all this information some documents, bibliography and some interviews with migrants were reviewed.

Keywords: Colonization; Dourados National Agricultural Colony; History of Fátima do Sul City.

O estudo sobre o processo de formação do núcleo urbano de Fátima do Sul tem por objetivo discutir a contribuição da religião no processo de formação desta cidade.

Neste estudo cidade caracteriza-se por ser um espaço onde os seres humanos convivem socialmente, com instituições privadas e públicas, influenciados por suas tradições e sentimentos. Para conceber esta afirmação procurou-se recorrer a Park que comenta: “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana” (Park, 1979:27).

Dessa forma, acredita-se que para compreendermos os aspectos históricos que representam a formação do núcleo urbano aqui estudado, necessário se faz recompor a origem dos seres humanos que a construíram.

A análise histórica aqui proposta concentrou-se nas décadas de 50 e 60, no espaço geográfico do atual município de Fátima do Sul, situado no interior do Mato Grosso do Sul e sua problemática foi compreender a formação desta cidade a partir da política de colonização do Estado Novo, com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, procurando explorar o seguinte aspecto: origem e ação dos colonos que aqui chegaram e a presença da religião nesta ação. No enfoque desta questão, optou-se por utilizar as informações contidas na bibliografia relacionada a CAND, bem como os dados empíricos levantados mediante entrevistas realizadas com algumas personagens desta história, além de pesquisas em jornais locais e revistas.

A cidade de Fátima do Sul localiza-se a uma altitude de 352 m acima do nível do mar, e seu município tem uma área atual de 316 km². Possui uma população de aproximadamente 27.000 habitantes (1996), sendo a maioria na zona urbana. Faz parte da bacia hidrográfica do Paraná, tendo como maior curso d'água o rio Dourados, que atravessa a cidade de noroeste a leste. Sua economia atual-

mente é baseada na agricultura, suinocultura, apicultura e produção de hortifrutigrangeiros e laticínios.

POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO DO GOVERNO VARGAS

No final da década de 30 do século passado o mundo encontrava-se marcado pelo domínio das doutrinas nazista e fascista e os governos democráticos da Europa atravessavam um período de crise e sem forças para lutar contra essas políticas ditatoriais. No Brasil, a política estadonovista que surgiu a partir do golpe de Estado organizado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1937, sugere a criação de um país novo, com novos valores, intervindo em todos os domínios da cultura, da política, da educação e da economia, com vistas a construir uma nação centralizada politicamente e homogeneizada em sua língua, costumes, comportamentos e idéias.

A mudança econômica surgida a partir de 1930, quando se passa de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, proporcionou novas políticas econômicas não só para o setor urbano como também para o campo.

Neste contexto, vê-se implantada no Brasil a política *Marcha para Oeste*, que tinha como objetivo ocupar os *espaços vazios* do interior e povoá-los, visto que estas regiões eram consideradas atrasadas economicamente e com pouca densidade demográfica. Além disso, especialmente no que se refere ao antigo sul de Mato Grosso, isto é, a área correspondente ao atual Estado de Mato Grosso do Sul (região fronteira, tanto com a Bolívia como sobretudo com o Paraguai), essa política tinha também o sentido de buscar a *nacionalização das fronteiras*, mediante uma presença mais forte tanto de povoadores como do próprio Estado brasileiro.

Dessa forma, a política estadonovista incluiria uma política de colonização dirigida (por meio de *colônias agrícolas nacionais*) e também a criação, no extremo sul do antigo Mato Grosso, de um espaço sob administração direta da União: o Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943 e abrangendo os municípios de Porto

Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito (cf. Campestrini & Guimarães, 1991:129).

Como notou Lenharo, na verdade esses espaços mato-grossenses, inclusive os fronteiriços, não estavam propriamente *vazios*:

“... os espaços vazios não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela companhia Matte-Larangeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada-de-ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão – vêm atestar, no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitante da região – os indígenas.” (Lenharo, 1986:60-61)

Convém salientar que não nos interessa neste artigo discutir os reflexos da ocupação capitalista desta área sobre as comunidades já existentes na região, sobretudo os indígenas. Porém, cabe uma referência à forma como era explorada a terra quando surge a política de colonização dirigida, implantada pelo Estado Novo.

O extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, caracterizava-se em termos econômicos, em grande parte, pela atividade de exploração da erva-mate nativa – atividade essa que, no referido período, constituía praticamente um monopólio da Companhia Matte-Larangeira, a qual mantinha sob seu domínio, mediante contratos de arrendamento assinados com o Estado, vastíssimas extensões de terra¹. Do ponto de vista de muitos dirigentes brasi-

¹ A companhia Matte-Larangeira, grupo privado que visava a exploração da erva-mate nativa em terras do sul de Mato Grosso, foi uma das maiores arrendatárias de terras no período da I República. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto n.º 8.799, do Governo Imperial, datado em 9 de dezembro de 1882, o qual legalizou a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na província de Mato Grosso a Thomaz Larangeira, e este se associa em 1892, ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, políticos influentes junto ao Governo republicano da época. Desta união, originou-se a Companhia Matte-Larangeira e, em 1902, esta Companhia transformou-se em Larangeira, Mendes & Cia.

leiros da época do Estado Novo, a presença dessa Companhia representava um entrave à entrada de migrantes brasileiros que buscavam a posse da terra. Além disso, a Companhia era responsável pela presença, nessa região, de um grande número de imigrantes paraguaios, os quais constituía a maior parte da força de trabalho por ela utilizada. Na Companhia estavam também presentes capitais argentinos, o que comporia um fator a mais de preocupação para o Estado brasileiro, em se tratando, como foi dito, de uma região fronteiriça, em que a presença especificamente brasileira era fraca.

Assim se compreende a criação do Território Federal de Ponta Porã, o que colocaria a área da Matte-Lorangeira sob a tutela direta do Governo Federal e facilitaria a ação deste com relação a qualquer problema que viesse a prejudicar sua política de desenvolvimento, como comenta o próprio Vargas:

“O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças apresenta, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Dai a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a administração direta do Governo Federal. O programa de organização de desenvolvimento desses territórios resume-se em poucas palavras: ‘sanear, educar, povoar’.” (*apud* Povoas, 1995:406).

Dessa forma, como destaca Lenharo, “o ‘projeto civilizador’ [de Vargas] parecia bem delineado: foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a ser situada no novo território federal” (Lenharo, 1986:66). De fato, Lenharo observa que a estratégia do Estado Novo incluía a idéia de apoiar a pequena propriedade, vista como o meio de efetivar a presença brasileira nas áreas fronteiriças, além de instaurar uma nova realidade agrícola, compatível com o avanço industrial do país, mediante o incremento da produção de gêneros alimentícios. Desse modo, o Governo Federal deixa de renovar o contrato de arrendamento das terras ervateiras para a Companhia, vencido em 1937 (visto que, com a nova Constituição ditatorial, o controle sobre as terras devolutas, até então sob responsabilidade dos Estados, passara para a União). Assim, como notam Justino e Oliveira, passou a ser favorecida “a instalação de peque-

nas propriedades numa faixa fronteiriça de 150 quilômetros” (Oliveira & Justino, 1997:11).

O fim desse arrendamento significava, de fato, a abertura desta área aos migrantes e o início da colonização de parte da região considerada pelo Governo Federal *espaço vazio*. A política de colonização, como demonstra Lenharo, tinha interesse em desenvolver a exploração desta área em um contexto que se adequasse à política econômica adotada pelo país:

“Delineiam-se assim, estratégias de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria. Ao invés de esperar o lento avanço das transformações, era forçoso estimular a mudança através de dispositivos especialmente orientados para isto.” (Lenharo, 1986:21)

Em sentido amplo, acredita-se que a preocupação da política de colonização do Estado Novo para regiões de grandes *espaços vazios* estava diretamente ligada à necessidade de expansão das relações capitalistas de produção. A colonização fazia sentido na medida em que era vista como um acréscimo do mercado interno para a indústria (Lenharo, 1986). De fato, o Ministério da Agricultura, em 1938, lançou o programa de implantação de Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-Lei 3.059, de fevereiro de 1941), com o objetivo de fixar o homem no campo por intermédio da pequena propriedade, voltada para a produção de bens agrícolas para outros mercados, além de produzir para sua auto-suficiência.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) é criada neste contexto, no ano de 1943. Vejamos o que registra o Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: “As atividades fundiárias na região da Grande Dourados tiveram origem com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada pelo Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1.943, em terra da União, no então Território Federal de Ponta Porã, com a reserva de uma área a ser demarcada não inferior a 300.000 hectares” (*apud* Gressler & Swensson, 1988:81).

É certo que a CAND seria efetivamente implantada a partir do final da década de 40, quando os limites desta Colônia foram demarcados pelo Governo Federal, porém, seu sentido simbólico está presente desde a criação, notadamente no que diz respeito à mudança na forma de exploração da terra, como comenta Lenharo:

“... as Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras... A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção. Dourados, em Mato Grosso, e a Colônia de Goiás, ambas via estrada-de-ferro, teria o mercado paulista em mira.” (Lenharo, 1986:47)

No bojo desta discussão, poderia também ser analisado o processo de concentração e especulação de terras ocorrido nesta região, porém, este trabalho atém-se apenas ao processo de colonização desta região por migrantes pobres, na perspectiva de compreender a participação da religião na formação dos núcleos urbanos surgidos no interior da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

De acordo com a política de colonização do Governo Federal, os lotes da Colônia seriam doados gratuitamente aos trabalhadores migrantes que chegassem à região sul de Mato Grosso, desde que preenchessem certos requisitos:

“Somente poderiam receber os lotes de terras os cidadãos brasileiros acima de 18 anos ‘que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres’. Estrangeiros, só os de conhecimentos agrícolas qualificados. Ficava vedada a concessão de lotes a funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Os lotes, de 20 a 50 hectares, mais as casas e outras benfeitorias seriam concedidos gratuitamente. Além disso, oferecia-se ao colono: trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem, até a emancipação da colônia.” (Lenharo, 1986:52)

A política governamental previa também o fornecimento de recursos como implementos agrícolas e materiais para construção. Segundo as fontes consultadas, esses recursos estatais estiveram

presentes no início da implantação da Colônia, ainda nos 40. No entanto, quando acontece o ápice da migração para esta área, década de 50, tais recursos já não existem e o que é percebido nos registros analisados é a ausência do Estado com sua política social.

A PROPAGANDA GETULISTA E SUA IMPORTÂNCIA NA IMPLANTAÇÃO DA CAND

Outro aspecto da política de colonização do Estado Novo que deve ser estudado para compreendermos o processo de migração dos trabalhadores pobres para a CAND, é o aspecto mítico emprestado pelo regime ao processo da colonização, ainda mais se levarmos em consideração que as condições de vida nos centros industrializados, como Rio de Janeiro e São Paulo, tendiam a ser melhores do que as apresentadas em áreas menos avançadas economicamente como Amazônia, Goiás e Mato Grosso.

Analisando a *Macha para Oeste*, é possível superir que tal proposta de colonização teria de ser desenvolvida também no campo cultural: urgia a necessidade de conduzir a ocupação territorial através do símbolo da *brasilidade*. Para tanto, foi muito relevante a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas em 27 de dezembro de 1937 (Decreto-Lei n.º 1.915), que contribuiu para a divulgação da política getulista para o campo, visto que, após sua criação, todas as atividades relacionadas à informação, educação e cultura passaram a ser centralizadas e filtradas, com o objetivo de divulgar a política do regime, como observa Bastos: “A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda [...] pretendia não apenas unificar as informações divulgadas pelo Estado, mas também tinha “a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira” (Bastos, 2001:34).

A mesma autora ainda comenta que para atingir seu fim, o DIP recorreu aos “meios de comunicação, principalmente o rádio e o cinema, [que] revelaram-se essenciais para divulgar não apenas a

propaganda governamental, mas também toda a ideologia construída pelo Estado Novo. Em um país praticamente de analfabetos, o rádio e o cinema teriam penetração nas mais diversas camadas da população, nos locais mais inacessíveis” (Bastos, 2001:36).

Nesta perspectiva, o governo do Estado Novo procurou mostrar, através da propaganda, que a efetiva construção do país só se faria por meio da união entre governo e sociedade, por meio do funcionamento perfeito entre o campo político e o econômico, o que facilitaria a implantação da política de colonização estadonovista que visava o desbravamento de *áreas vazias* por migrantes, sobretudo, por aqueles oriundos de regiões onde a grande concentração de mão-de-obra poderia manifestar tensões sociais e braços *desocupados* em demasia. Como observa Lenharo, por meio da propaganda ideológica, a proposta da *Marcha para Oeste* assumiu contornos míticos, mediante

“... a criação de um especial clima de participação política, emotivo e ilusório. Em um momento em que eram negadas as vias institucionais de participação política, o regime promovia as suas formas de participação; toda a estratégia de propaganda armada sobre o *slogan* da *Marcha para Oeste* visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional, de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela.” (Lenharo, 1986:14)

A representação simbólica do mito *brasileiro* tinha como proposta colonizar e industrializar o país, como esclarece Lenharo (1986:23): “... a criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combina colonização e industrialização”.

Na prática, entretanto, percebe-se que a caminhada do migrante a CAND após o final da década de 40 não se realizou sem dificuldades. O auxílio do Governo Federal, como citado anteriormente, aconteceu apenas para os primeiros migrantes; os colonos que chegaram depois, no início dos anos 50, não tiveram o apoio de sustentação. Conforme alguns depoimentos prestados por migrantes remanescentes daquele período, observou-se que esses se vêem sozinhos no processo de povoar os *espaços vazios*:

“Nós chegamos aqui em 51, era mata virgem, essas estradas foi aberta pelo olho do colono, não foi com maquinário, foi com o olho do colono. As famílias se juntava e, ali, juntava 20 homem e rancavam uma peroba, e ia prosseguindo a estrada. Foi muito difícil a vida aqui para pessoa pobre, nós mesmo sofreu muito, nós era fraco. Vinha aqui, comprava um pedaço de terreno e plantava. Muitas pessoas sofreu como a gente. Um tanto dessas pessoas não moram mais aqui, uns faleceram, outros mudaram.” (Depoimento de Dulce de Oliveira)

“Os lotes foi feito aqui, os lotes foi dado aqui [lado esquerdo do rio Dourado]. Aqui era Colônia, era Colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a Cooperativa, que hoje é a vila São Pedro, o governo dava, quando começou, um machado, uma foice, uma enxada e fazia a casa, você pode olhá que ainda tem casa antiga pregada assim [com as tábuas em transversal], pois é, aquela foi dada pelo Governo ..., então o pessoal veio demais e o pessoal [do governo] já não fez mais, o governo não deu conta, o governo no início ajudava.” (Depoimento de Belmiro de Oliveira)

A INICIATIVA DOS COLONOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL

Pensar que as dificuldades de colonização da CAND se encerraram com a chegada dos migrantes a esta região é não levar em consideração a multiplicidade das experiências humanas. De fato, não é suficiente, para compreendermos historicamente esse processo de colonização, analisar tão somente as políticas governamentais. Na verdade, esse processo foi também bastante influenciado por iniciativas tomadas pelos próprios migrantes.

Tais iniciativas foram bastante notáveis, em particular, no processo que resultou na formação do núcleo urbano atualmente correspondente à cidade de Fátima do Sul.

Inicialmente, é preciso destacar que, a partir de fins dos anos 40, intensifica-se a chegada de migrantes para a área da CAND. Como notou Damárci O. da Costa, “a busca pelos ‘espaços vazios’ e por melhor sorte na vida provocou a avalanche de migrantes para a região de Dourados” (Olivi da Costa, 1998:86). Eram migrantes procedentes sobretudo do Nordeste brasileiro, dos quais muitos já havia passado algum tempo no interior do Estado de São Paulo. Vinham

atraídos pela qualidade do solo e principalmente pela propaganda governamental, que vendia o *sonho feliz* da obtenção de terra própria. Veja-se, a esse respeito, o depoimento de uma remanescente daquele período: “Vinha do nordeste, vinha destas partes: vinha do Ceará, Pernambuco, Alagoas, sergipanos tinha pouco, vinha da Bahia muito pouco também, Piauí. Era gente nordestino desta parte de lá” (Depoimento de Diva Pires Soares). Segundo o depoimento de outra migrante, que chegou a CAND em 53, “naquele tempo vinha muita gente de São Paulo que era tudo nordestino também, os filhos muitos eram de São Paulo, mas os chefes eram todos pernambucanos, nordestinos, mato-grossense era pouco, paraguaio quase não tinha, era tudo baiano, pernambucano, cearense... Aqui era tudo nordestino por causa do terreno, porque era doado” (Depoimento de Josefa Ferreira de Oliveira).

Dessa forma, constata-se uma verdadeira avalanche de colonos chegando a CAND. Sabe-se que a área da Colônia, com um total de 267.000 ha, foi dividida em duas Zonas distintas, separadas pelo rio Dourados: a 1ª, com uma área de 68.000 ha, localizada do lado esquerdo do rio, e a 2ª, com 199.000 ha, situada no lado direito do mesmo rio. A 1ª Zona foi logo demarcada pelos engenheiros da Colônia. Na 2ª Zona, entretanto, os agentes do governo procederam tão-somente à *reserva* de uma área correspondente a dois lotes (os lotes em geral mediam, na CAND, 12,5 alqueires paulistas), contígua ao rio, defronte ao local que ficaria conhecido como *Porto Ubatuba*².

As famílias que iam chegando eram orientadas a estabelecer-se provisoriamente em terrenos da administração da Colônia, no local onde atualmente se situa a Vila São Pedro, em condições bastante precárias: “A chegada dessas famílias de nordestinos à Colônia Agrícola de Dourados formava um quadro indescritível, pois aquelas famílias eram despejadas no pátio da administração, praticamen-

² Supõe-se que o nome Porto Ubatuba foi uma referência a um dos administradores da Colônia: Evório Ubatuba.

te só com a roupa do corpo, exposto ao sol, a chuva, ao frio, sem qualquer recurso” (*Informativo Regional Sul*, 1999:2).

Desse modo, os migrantes foram deslocando-se para sudeste, terminando por concentrar-se junto à margem esquerda do rio Dourados, no referido Porto Ubatuba, na expectativa de que fosse iniciada a abertura e a demarcação da 2ª Zona da Colônia, com a consequente distribuição dos lotes. Como esse processo foi sendo postergado, por volta do início dos anos 50 já era grande o número de migrantes concentrados nesse local.

Nessas circunstâncias, portanto, começa a delinear-se a iniciativa dos migrantes, movidos, certamente, pela situação vigente. De fato, sabe-se que os próprios migrantes começaram a transpor o rio para proceder, por eles mesmos, à demarcação e ocupação dos lotes da 2ª Zona. Como foi dito, normalmente o tamanho dos lotes da CAND era de aproximadamente 12,5 alqueires paulista. Assim, conforme depoimentos, para facilitar esta marcação, os migrantes mediam 250 metros de frente e 1.250 metros de comprimento e iam fazendo a marcação de sua propriedade, respeitando tão-somente a área de reserva acima mencionada (que correspondia aos dois primeiros lotes do lado direito do rio). Para compreender este fenômeno, torna-se pertinente transcrever um comentário do padre católico Amadeu Amadori (que chegou à região em 1956):

“... o povo foi chegando, chegando, naquela época tinha tanta gente que vinha aos borbotões. A colonização não conseguiu instituir o corte, o agrimensor, o engenheiro não conseguiu dar conta... vinha gente para a terceira linha, Vicentina, para a banda de São José, Quarta linha, Glória e foi avançando, eles iam na frente do agrimensor, não tinha marcação, mediam de cipó mais ou menos e ia embora, e depois que veio o agrimensor, aí deu aquela briga porque ele mudava de linha naturalmente. Pensa que na mata é fácil de tirar uma linha reta? Ia mais ou menos, quando um tirava até ali, outro continuava, de repente, sabe lá? Mudava de rumo, tinha que cortar um pedaço, a estrada não passava mais aqui, as vezes ficava no fundo, no meio do lote. Bem, mas o povo vinha chegando.” (Depoimento de Amadeu Amadori)

Em resumo, segundo a profª. Capilé, “seduzidos pela oportunidade, os migrantes desmontavam todo o sistema de planejamento da administração do Núcleo” (Capilé, 2000:14).

Por outro lado, a aglomeração de migrantes logo deu origem, ainda na margem esquerda do rio, a um autêntico povoado – igualmente contrariando o projeto oficial, que previa, na área da Colônia, a formação de um núcleo urbano em local situado a cerca de 30 km da margem direita do rio Dourados. Como observa Lenharo, os projetos originais previam a construção de um centro urbano no meio da colônia: “o centro do núcleo era riscado com preocupação urbanística, de modo a prever uma bela cidade [...]. Em volta do núcleo as glebas iriam sendo demarcadas progressivamente, das maiores às menores” (Lenharo, 1986:48).

Entretanto, ao que parece as famílias permaneciam junto ao Porto Ubatuba, enquanto os homens atravessavam o rio para demarcar suas terras na 2ª Zona. O povoado formou-se com pequenos ranchos de pau a pique, cobertos de sapé, com famílias oriundas de várias regiões do Brasil e principalmente do Nordeste, na busca de seu sonho – a terra. Com eles, outras pessoas atraídas pela movimentação começaram a chegar e organizar o comércio: açougue, farmácia, pensões, lojas de tecidos e os produtos da lavoura branca³ formavam a incipiente economia local. A mesma Capilé ainda comenta: “... no descanso das picadas, o trabalho de edificação dos sonhos de pau a pique cobertos de sapé e taboinhas [sic]. Muitos deles dormitórios à noite, armazéns, lojas e farmácias durante o dia” (Capilé, 2000:14).

Havia, porém, um obstáculo que dificultava a movimentação dos colonos: *havia um rio no meio do caminho*. Assim, o aumento do número de famílias no povoado levou os moradores e o administrador da Colônia a construir uma balsa para atravessar do lado esquerdo para o lado direito do rio. O crescimento do núcleo urbano necessitava de um meio de transporte mais ágil para fazer a travessia, do que simples embarcações individuais. Dessa forma, a construção de uma embarcação maior, que facilitasse o trânsito dos

³ Lavoura branca na concepção dos agricultores da época estava relacionada à plantação de arroz, milho, feijão, e serve para diferenciar-se da lavoura do café.

colonos solucionava dois problemas: por parte dos colonos o ir e vir não representava mais obstáculos, o que possibilitava a ida de famílias inteiras aos lotes conquistados; por parte dos administradores, a balsa seria a solução para diminuir o número de famílias que *teimavam* em se aglomerar em um *canto* da colônia.

Contudo, a vida útil da balsa foi curta. O intenso trânsito na travessia do rio fez com que houvesse um naufrágio alguns dias depois de inaugurada. Vejamos o que comenta sobre este fato Antonio Vicente Rodrigues, funcionário da CAND e um dos construtores da embarcação: “aquilo a balsa quando chegava no meio do rio tinha assim: Tim! Tim! Eu falei: vai estourar este cabo. Não deu outra. Não durou 15 dias, a primeira enchente que deu estourou o cabo, despejou todo o pessoal dentro da água, morreram 14 pessoa”.

Para o jornal *Informativo Regional Sul*, que também descreve este acontecimento, o naufrágio ocorreu em função da quantidade excessiva de carga que a balsa carregava: “De certa vez, quando muitas das marcações de lotes já estavam abertas e com ranchos construídos, prontos para receberem seus primeiros habitantes, Evaristo, o balseiro, colocou carga demasiada sobre a balsa, tanto de pessoas como de sacarias, animais, etc., que o cabo de aço não resistiu, quebrando-se, virando a balsa e matando, de uma só vez, mais de 15 pessoas entre adultos e crianças” (*Informativo Regional Sul*, 1999:2).

Registre-se, no entanto, que o importante naquele acontecimento não é apenas o número de mortes ocorridas, mas o fato de que ele se encontra presente na memória histórica desse município, seja em obra histórica, em depoimentos, em jornais e/ou na literatura local.

De todo modo, o povoado de Porto Ubatuba crescia constantemente. Curiosamente, segundo as informações disponíveis, foi crescendo também a insatisfação dos colonos em relação ao nome da povoação. Assim, em fins de 1953, por sugestão de um frei, o nome do local foi substituído, após a celebração de uma missa campal as margens do rio. Na ocasião perguntaram-lhe como deveria chamar-

se aquele povoado, o que foi respondido pelo frei: *Vila Brasil*, uma vez que havia famílias oriundas das diversas partes do Brasil (*Informativo Regional Sul*, 1999:2).

Como a população da Vila Brasil não parava de crescer, o espaço estava se tornando insuficiente para abrigar os colonos que chegavam, ainda mais se levamos em consideração que a área de brejo que cerca o rio era imprópria para moradia. Segundo o depoimento de uma moradora da época, “lá já estava tudo localizado, cheio de gente, lá na época até crescia mais que Dourados, e também era baixada, era varjão, na época de chuva alagava tudo” (Depoimento de Josefa Ferreira de Oliveira).

Além disso, o povoado passou a apresentar problemas de organização social, registrados em depoimentos: “tinha muita bagunça de noite, muita mulher, mas de dia era tudo fechado [...] era quase tudo em comum” (Depoimento de Diva Pires Soares). Neste relato feito pela professora da CAND, Diva Pires Soares, senhora de rígido comportamento social e católica atuante, é possível deduzir que os valores morais mais elevados da sociedade conviviam no mesmo espaço das festas, da alegria, da *vida fácil* (isto é, as casas de prostituição). Deduz-se que religião e festa, famílias e mulheres de vida airada, conviviam no mesmo espaço urbano: a margem esquerda do rio Dourados.

Aqui cabe uma indagação: como eram identificados esses espaços sociais em meio a um pequeno espaço geográfico? Os depoimentos indicam que as casas *alegres*, *festivas*, eram representadas por determinadas cores, *casa verde*, *casa branca*, *casa rosa*, ou simplesmente eram chamadas de *coréia* (visto que, considerando que ali era o lugar da *bagunça*, logo foi associado a um país que estava na época em plena *bagunça*, isto é, em guerra: a Coréia).

Assim, em uma observação menos óbvia, é possível aproximar-se da representação construída pela comunidade local: conforme alguns depoimentos, o *certo* – as igrejas e as escolas – e o *errado* – os *rendez-vous* – estavam próximos e em um mesmo *campo de batalha*.

Seja por influência dessa circunstância, ou seja simplesmente pela falta de espaço, parecia ser uma tendência “natural” a expansão do núcleo urbano para a margem direita. Como diz a senhora Josefa, na margem esquerda “era baixada, era varjão, na época de chuva alagava tudo, enquanto na margem oposta já era subida, então a tendência da cidade foi vir para cá” [lado direito] (Depoimento de Josefa Ferreira de Oliveira).

Essa expansão constituiu, enfim, o lance mais notável no que diz respeito à iniciativa dos colonos. De fato, como já exposto, a administração da Colônia não havia definido fundar um centro urbano em Vila Brasil, antigo Porto Ubatuba; o plano era fundar um núcleo a aproximadamente 30 quilômetros da margem direita do rio Dourados, no centro da CAND. Entretanto, os colonos decidiram por sua própria conta *invadir* o lado direito, ocupando a área de reserva até então intocada.

A ação ocorreu no dia 9 de julho de 1954, e, segundo depoimentos, a invasão aconteceu no período noturno e de forma organizada. Os colonos ocuparam a outra margem, dividiram a reserva em lotes urbanos (*datas*, segundo o termo regional) e fixaram prazo para a construção de residências. Belmiro de Oliveira, ao comentar sobre a ocupação do lado direito diz: “os colonos foi fazendo as casa de tábuas, falava assim: eu quero fazer uma casa aqui, fazia; ele acrescenta: de noite é que se fazia a casa porque o pessoal não deixava, o fiscal não deixava”.

Os colonos prepararam-se também para resistir à ação repressiva da administração, que se insurgiu contra a ocupação daquele espaço e convocou a ação da polícia, na tentativa de impedir a fixação dos colonos naquela área. O folhetim Informativo Regional Sul detalha a estratégia de resistência dos colonos:

“Quando chegasse ao local, alguém para impedir aquela invasão, Orlando Preto, fingindo estar roçando o pé de uma canafistula oca, batia no tronco da mesma com um machado e, todos quanto estivessem ali por perto, ao ouvirem aquele som característico, fugiam para o interior da mata para não entrarem em choque com a polícia. Quando os policiais regressavam, eles continuavam com a marcação, roçada e derrubada da mata, para a abertura

das primeira datas e a construção imediata de casas de tábuas.” (*Informativo Regional Sul*, 1999:3)

De todo modo, esta disputa não durou muito e a Colônia logo cedeu a área de reserva para a construção da cidade de Vila Brasil. Não obstante, também este espaço se tornou pequeno frente ao crescimento da população que chegava, o que deu margem a mais um episódio de confronto entre os colonos e a administração. Ocorreu que os colonos que possuíam lotes na periferia da cidade os dividiram em lotes urbanos, que passaram a ser vendidos. Entretanto, esta ação também incomodou os representantes legais, pois a Colônia tinha ordem expressa de não deixar os lotes rurais serem divididos ou vendidos a terceiros. Basta lembrar que nenhum colono tinha o título definitivo da terra: o núcleo colonial só outorgaria a propriedade da terra para o colono depois de 10 anos de trabalho sobre a mesma, ou seja, depois de uma década de posse de fato da terra.

Mas, se este era o problema para comprar e vender lotes urbanos em Vila Brasil, uma solução foi encontrada pelos sítiantes: os contratos particulares de compromisso. Estes funcionavam como documento de compra e venda, ficando convencionado que o primeiro proprietário, ao conseguir o título definitivo da terra, o passaria ao comprador. Assim, a compra e venda de *datas* foi uma constante naquele período, ainda mais considerando que a vila não parava de crescer e, juntamente com ela, o comércio. Vejamos o comentário da Sra. Josefa: “... o comércio foi crescendo, um fez uma casa, outro fazia outra, um bolichinho ali. Ai começou uns caminhões vim de São Paulo para pegar feijão, arroz, milho, o que se plantava naquela época dava. Meu Jesus, dava tudo! Arroz, feijão, milho, algodão”.

De fato, os anos 50 foram prósperos para a Vila. Surgiu a construção da ponte de madeira sobre o rio Dourados, uma feira livre próspera, a implantação do Correio e a elevação da Vila a Distrito do município de Dourados (CAPILÉ, 2000). Sua área abrangia os atuais municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jatei e Glória

de Dourados, e em Vila Brasil foram instalados a subprefeitura, a subdelegacia, o cartório de paz e a exatoria estadual.

Sublinhe-se que, com este crescimento, o interesse dos moradores da Vila Brasil passou a ser outro: o da emancipação política. Levados pelo seu crescimento populacional, econômico, a longa distância do município sede (Dourados), a população local começou a fomentar a necessidade de *brigar* pela independência política da Vila. Consta que uma comissão foi organizada em meados de 1963 para ir à capital, Cuiabá, falar com os representantes da Assembléia Legislativa do Estado. Unidos de dados estatísticos que fundamentavam sua reivindicação e em audiência com o Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso, marcaram uma audiência com o governador no Palácio Alencastro. Desta audiência conseguiram apoio do chefe do executivo, para que os deputados votassem a lei de emancipação do distrito. Assim, no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1963 foi publicada a Lei n.º 2.057, que criava o Município de Vila Brasil, conforme seu artigo 1º: “Fica criado o município de Vila Brasil, desmembrado do de Dourados, tendo como sede a localidade do mesmo nome que passa a ter foros de cidade” (*apud* Capilé, 2000:33).

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE FÁTIMA DO SUL

Pelos depoimentos dos remanescentes da CAND observa-se a presença da religião desde o início da colonização. Esta influência pode ser constatada nos comentários de Lair e Ivo, casal que chegou ainda solteiro, no início dos anos 50 à Colônia: “era tudo rancho mesmo, dessas condições [*coberto de coqueiro ou sapê*], onde o povo que vinham chegando, ia abrindo e ficando ali sabe? Então o padre ia ali celebrar a missa [...], porque onde existe um começo nunca tem fim a Igreja Católica” (Depoimento de Ivo de Araújo e Lair Nunes de Araújo).

Outro depoimento que registra a presença da religião no processo de formação de Fátima do Sul é o do padre Amadeu Amadori:

“Eu fundei a primeira escola chamada Vicente Pallotti, depois eu fundei o ginásio, depois o técnico. Primeiro começou com o ginásio, depois veio o técnico em contabilidade, depois para formar o professor veio o normal e depois vieram outras como o corte e costura, datilografia [...]. Sempre a Igreja que formava a cidade, sem saber”.

Entretanto, é conveniente observar que, conforme o comentário da Sra. Josefa, a Igreja Católica não foi única a se fazer presente no povoado: “A minha religião é a Batista. Lá onde nós ficamos 7 meses [linha do barreirão 1ª Zona] tinha a Igreja [...] aí veio para a barranca do rio, para a casa de um senhor que é falecido hoje, Jofre Damasceno, ali começou a congregação. De congregação passou para a Igreja, mas já do outro lado, organizou a Igreja porque já tinha cento e tantos crentes [...] quem começou aqui foi a Assembléia de Deus e a Batista”.

Assim, na organização deste núcleo urbano, a religião permeia todo o tecido social, conforme fica demonstrado nos relatos. Pode-se notar, a propósito, que, em sua maioria, os municípios que ficam no interior da CAND apresentam no centro da cidade uma edificação religiosa. Jateí tem sua Igreja no centro da praça, Vicentina começou sua formação a partir de uma Igreja e em Fátima do Sul as Igrejas estão localizadas em locais estratégicos. Com a ocupação do lado direito do rio Dourados, uma praça foi levantada no centro da Vila Brasil e, em torno dela, as Igrejas. Atualmente ainda encontra-se nestes locais as Igrejas Adventista do Sétimo Dia, Batista, Presbiteriana e, no final da década de 50, também a Igreja Católica estava próxima à praça, conforme registrado em seu livro tombo (p. 6): “os trabalhos da nova Igreja tiveram início a 6/3/57 e em 30/5/57 foi inaugurada... Acha-se localizada na quadra norte da praça Getúlio Vargas... Está servindo de matriz provisória, enquanto não se erguer a nova matriz de alvenaria no ponto mais alto da Vila”. Essa e a Assembléia de Deus estão localizadas atualmente em um local mais ao centro da cidade, distante da praça a algumas quadras.

Essas circunstâncias parecem, de certa forma, confirmar observações efetuadas no item anterior, isto é: a ocupação da margem direita do rio sugere uma divisão entre o sagrado e o profano. À direita, no alto da cidade, ficaram as escolas, igrejas, exortaria, correio, delegacia, em suma, a família e a ordem; à margem esquerda, ficaram as festas.

Outro registro que identifica a participação da religião no processo de formação desta região são os próprios nomes dos municípios: Fátima do Sul faz referência a Nossa Senhora de Fátima, padroeira da cidade e cultuada como santa no catolicismo; Vicentina faz referência a Vicente Pallotti (e, curiosamente, a congregação mais presente no interior da CAND foi a palotina, fundada por Vicente Pallotti); e o nome Glória de Dourados também está diretamente ligado ao aspecto religioso. Assim, Jatei é o único município que foge à regra, e pode ser indicado como estudo a ser realizado futuramente.

Por outro lado, observa-se que durante todo o período de colonização desta região há indícios de conflitos religiosos entre católicos e protestantes, sendo que o ápice deste conflito ocorreu no início dos anos 60. Segundo consta em alguns depoimentos, a maioria da população de Vila Brasil freqüentava a religião católica e o convívio entre estes e os protestantes em um mesmo espaço tornava-se cada vez mais difícil, chegando ao ponto do exército de Ponta Porã ter sido acionado. Comenta a Sra. Josefa, protestante Batista, que entre os anos de 61 e 62 os ânimos estavam tão acirrados que foi necessário “uma interferência do Exército para acalmar o povo, porque na época existia uma rivalidade tremenda entre os evangélicos com o catolicismo”.

Além disso, a própria definição da atual denominação da cidade de Fátima do Sul envolveu uma notável querela entre a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas. Com a emancipação política surge um fato novo no município. Os colonos estavam descontentes com o nome de Vila: “... em 63 o Município já estava ali, ali Município de Vila Brasil, município e Vila. Tinha de mudar o nome” (Depoi-

mento de Diva Pires Soares). Comenta Capilé que o nome de *Vila* restringia a verdadeira dimensão do local e, conseqüentemente, “trazia alguns prejuízos à imagem de um município que buscava o seu crescimento e reconhecimento” (Capilé, 2000:21).

O interessante a notar, entretanto, é que, neste processo de mudança de nome, no início dos anos 60, além da disputa política entre as lideranças locais e seus partidos, houve outra: a luta religiosa entre católicos e protestantes. Segundo os relatos, nessa época foram sugeridos vários nomes que poderiam ser adotados pela cidade: Porto Vitória, Porto Mercedes, Novo Planalto, Brasiporã, Marechal Rondon, Novo Brasil, Fátima do Sul e Culturama. Segundo o relato do padre Amadeu Amadori, foi realizada nessa época

“... uma reunião com umas dez pessoas mais expoentes: o padre, o médico, doutores, professores, vamos ter que mudar o nome disso aqui. Então começou a vim Porto Vitória, Porto Mercedes, Vila Dourados, Culturama, aí o padre José falou: já que vamos mudar o nome, vamos mudar o nome para a padroeira da cidade, por que não vamos chamar isto aqui de Fátima? Está bom, é isto mesmo. Naquele tempo era um Mato Grosso só, não existia a divisão do Estado, isto já foi em 77. Então lá perto do norte, tinha uma Fátima, eu conheci. Fátima do São Lourenço. Aí, ficar dois municípios com os nomes de Fátima, Fátima de lá e Fátima de cá. Assim, ficou Fátima do Sul, para distinguir. Então os nomes que forem mais votados aqui vamos escolher. Os nomes mais votados por aquele grupinho foi Culturama e Fátima do Sul.” (Depoimento de Amadeu Amadori)

Os dois nomes mais votados pelo grupo (*Culturama e Fátima do Sul*) foram então submetidos a um plebiscito. Culturama era defendido pelos protestantes, posto que simbolizava o culto, a cultura; por outro lado, Fátima do Sul fazia uma referência à padroeira da cidade, Nossa Senhora de Fátima, e assim foi defendido pelos católicos:

“... aí pegaram uma urna, fazer campanha, trazer o pessoal lá, se dormir no ponto, Culturama tinha um expoente forte que fazia campanha, era mais os evangélicos que faziam campanha para eles. Culturama terra da cultura, Culturama terra das palmeiras. Ramo é palmeira, palmeira era terra de culto, onde tinha muita palmeira, eles queriam a terra do culto. Então nós fizemos a campanha para nós, e eles fizeram a campanha para eles, e quase que nós perdemos. Ganhamos aquele dia com dez ou onze votos só, mas também ia quem queria, não disputava dinheiro na campanha, nós tivemos que trazer

meio na marra e, a maioria dos nossos votos foram ainda perdidos porque escreveram Fátima e não Fátima do Sul e tinha que escrever, não tinha cédula própria, era a mão (...), cada um dizia, bota o nome em um pedacinho de papel que distribuía, então bota o nome Culturama ou Fátima do Sul. Muitos eram analfabetos, mal desenhavam o nome, então botavam Fátima, e não saía mais nada, aí a maioria dos votos era Fátima, aí perdemos uns sessenta a oitenta votos, perdemos a maioria dos votos. Você sabe, na hora da apuração, se não for o nome certo? O camarada tinha a intenção de botar Fátima do Sul, mas não aparecia, então o encarregado lá falou: ou é Culturama ou é Fátima do Sul, se aparecer outra coisa, é nulo, então, com isto, quase perdemos. O nome saiu por causa da Igreja, do padre, Fátima do Sul.” (Depoimento de Amadeu Amadori)

A eleição ocorreu em fevereiro de 1965 e, após o pleito, Vila Brasil passou a chamar-se Fátima do Sul, o que foi oficializado em 16 de junho do mesmo ano, pela Lei municipal nº 6.

Em resumo, pode-se dizer que a participação da religião na formação da sociedade aqui estudada não se limitava apenas ao campo espiritual, ela organizava o espaço urbano, a divisão social, a educação, a saúde, como recitou um poeta local:

Então muitas famílias
Aqui começaram a entrar,
Muitos deles pereceram
Para conseguir colonizar,
Porém, as dificuldades que tiveram
Eu agora vou contar.

O Guilherme e o Jeremias
O Cearense que é o Raimundo,
Padre José e o Padre Amadeu
Prestaram serviço profundos (*sic*),
E o adventista Senhor Martins
Que já partiram desse mundo.
(Antonio José de Araújo *apud* Capilé, 2000:55-56)

DEPOIMENTOS

- Ivo de Araújo e Lair Nunes de Araújo (entrevista 1)
Amadeu Amadori (entrevista 2)
Belmiro de Oliveira (entrevista 3)
Diva Pires Soares (entrevista 4)
Dulce Fernandes de Oliveira (entrevista 5)
Josefa Ferreira de Oliveira (entrevista 6)
Antonio Vicente Rodrigues (entrevista 7)

FONTES MANUSCRITAS

Livro tombo da Igreja Católica Apostólica Romana de Fátima do Sul.

FONTES IMPRESSAS

Folha da Região. [s.l.], jul. 1975, ed. comemorativa.

Informativo Regional Sul. Fátima do Sul, 9 jul. 1999. p. 7 - 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, M. R. 2001. Política Cultural na Era Vargas (1930-1945): inobservância das regras comuns. *Unifiteo*, Osasco, 4:23-40.
- CAMPESTRINI, H. & GUIMARÃES, A. V. 1995. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ª. ed. Campo Grande, Gráfica e Papelaria.
- CAPILÉ, C. C. 2000. *História de Fátima do Sul*. [s.l.], Gráfica Caiuás.
- COSTA, D. O. da. 1999. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. *Fronteiras*, Campo Grande, 2(4):9-38.
- GRESSLER, L. A. & SWENSSON, L. J. 1988. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*: destaque especial ao município de Dourados. Dourados: GAG.
- LENHARO, A. 1986. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2ª. ed. Campinas, EdUNICAMP.
- OLIVEIRA, B. C. de & JUSTINO, V. O. 1997. Projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontro na malha fundiária. *Revista de Geografia*, Campo Grande, 5:10-14.
- PARK, R. E. 1979. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. VELHO, O. G. (Org.). *Ofenômeno urbano*. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- PÓVOAS, L. C. 1995. *História geral de Mato Grosso: da proclamação da República aos dias atuais*. São Paulo, Resenha, v.2.
- TEIXEIRA, M. A. 1989. *As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- VASCONCELOS, C. A. de. 1986. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da colônia Várzea Alegre (1957-1.970)*. Dissertação de Mestrado. Assis, Universidade Estadual Paulista.